

Sobre a forma mais acertada de se escrever a História do Brasil: entre a ficção e a escrita realista.

Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares (Doutor/ Coordenador do Curso de História –
Faculdades INTA)

thiagohist@hotmail.com

RESUMO

Temos por objetivo ao longo deste trabalho, o desenvolvimento de reflexões acerca das relações entre a produção historiográfica do Brasil oitocentista com a escrita ficcional, com vistas a potencializar a escrita da História no processo de constituição da nação brasileira. Para o desenvolvimento do presente trabalho, foram desenvolvidas análises em torno da formação do campo historiográfico brasileiro, que nos são dadas a ler nos primeiros volumes da Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro (IHGB), e na monografia apresentada Como se deve escrever a História do Brazil, escrita por Carl Friedrich Phillip von Martius.

PALAVRAS-CHAVES: Historiografia, Brasil, Império, IHGB, Nação

ABSTRACT

We aim throughout this work, the development of reflections on the relations between the historiography of nineteenth-century Brazil with fictional writing, in order to optimize the writing of history in the process of formation of the Brazilian nation. For the development of this study, analyzes were developed around the formation of the Brazilian historiographical field, we are given to read in the early volumes of the Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro (IHGB), and presented in the monograph Como se deve escrever a Historia do Brazil by Carl Friedrich Phillip von Martius.

KEY- WORDS: Historiography, Brazil, Empire, IHGB, Nation

Nunca esqueça, pois, o historiador do Brazil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor Monarchico-Constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra. D'aqui resulta que a obra, a qual não podia exceder a um so forte volume, deverá ser escripta em um estylo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos ao coração que à intelligencia.¹

Assim como um manual de civilidade ao qual se refere Norbert Elias em *Processo Civilizador*, o livro de História, conforme aponta o excerto à monografia Como se deve escrever a História do Brasil (MARTIUS, 1845), nos apresenta algumas orientações no que diz respeito a escrita de uma História do e para o Brasil. Ora, monografia apresentada em concurso através do qual, haveria de ser escolhida a forma mais acertada de se escrever a História do Brasil; mas, para além das preocupação com o salvar da voragem dos tempos, com o pretérito, portanto; o concurso provocado pela necessidade de se escrever uma História capaz de funcionar

¹ VON MARTIUS, Carl Friedich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo VI, 1844, p.410-11.

junto ao projeto de construção nacional que entendemos, conforme apontaram nossas pesquisas, tivesse a sua frente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); o que é passível de ser perscrutado em análises desenvolvidas no periódico trimestral da Casa da memória nacional, a Revista IHGB.

A análise do periódico publicado pelo IHGB, tem se apresentado como fonte de inesgotável valor para as reflexões que temos desenvolvido acerca do processos de formação do campo historiográfico no Brasil oitocentista, bem como, dos trabalhos em prol da formação da nação brasileira. Nos é possível nestas análises, o mapeamento de alguns elementos para os quais se apresentava aberta a comunidade de imaginação (BACKZO, 1984), para com uma narrativa Histórica. Dentre tais apontamentos, é manifesto o desejo pela produção de um livro de História capaz de corroborar ao projeto de construção nacional. Livro este, que haveria de apresentar algumas características peculiares capazes de credenciá-lo para a empresa somar-se aos esforços de uma prática cara a historiografia do oitocentos, apresentar-se como que uma Máquina de estado na construção da nação brasileira, o que se colocava, em se tratando do Império do Brasil, numa tarefa hercúlea². Tal obra, deveria, portanto, ser materializada maquinicamente por aquele que se propusesse a efetivar tal empreitada – a de escrita de uma História para o Brasil. Narrativa que haveria de se apresentar, portanto, como discurso potencialmente capaz de formatar o indivíduo, capaz de influir em sua prática cotidiana através da inoculação de valores, sensibilidades e sensações; elementos que entendemos como capazes de inspirar o indivíduo às práticas úteis ao engrandecimento do Estado e que se somassem desta forma, à efetivação de um projeto de construção nacional. Narrativa sobre o passado que satisfizesse ao coração e à mente, conforme orientou Martius em sua monografia intitulada *Como se deve escrever a História do Brasil*, com vistas à cooptação e

² Refletindo sobre a criação do IHGB e o projeto de construção nacional, Lucia Paschoal Guimarães, em entrevista ao Prof. Valdeci Lopes Araújo, pondera que a empreitada do IHGB seria muito mais árdua que a de associações congêneres europeias, haja vista a necessidade de, no Brasil oitocentista, o campo historiográfico desenvolver-se *pari passu* às necessidades da construção nacional, conforme aponta a entrevistada tendo por referência o desenvolvimento de um paralelo entre o Instituto Brasileiro e a Academia de Lisboa. Daí acreditar que o IHGB se diferencia da *Academia de Lisboa*; a qual tentava equacionar problemas de uma já constituída nação portuguesa, dentre os quais a perda da hegemonia imperial frente à França e à Inglaterra, ao passo que o IHGB estava inserido num processo de dar forma, somar-se à construção da nação brasileira. Ressalta-se ainda a imbricação desta produção historiográfica com a necessidade de dotar o Brasil, o Estado que se desejava Nação, de um passado comum, assim como das tarefas mais difíceis: um passado capaz de despertar na população, o sentimento de pertencimento à comunidade nacional. Cf. ARAÚJO, Valdeci. Entrevista com Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Historia da Historiografia*. Ouro Preto, n.03, set/2009, p.242-3. Disponível em < <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/79/52>> acessado em 07/08/2012.

agenciamento do indivíduo ao projeto de civilização e construção da nação, daí, entendermos como profícuo o desenvolvimento de nossas ponderações apoiados nas de Norbert Elias, apresentadas em *O Processo Civilizador*.

Supomos que a produção do conhecimento histórico, *kultur*, conforme pondera Elias, não seria capaz por si só de produzir indivíduos *kultiviert*. Não seria capaz de fabricar sujeitos estimulados ao desempenho de práticas tidas, conforme o pensamento do Sociólogo, por *kulturelle*, e a partir das quais, seria exequível a construção da nação. Diante de tais desafios colocados à produção historiográfica em tempos de formação de seu campo, bem como do que haveria de ser realizado, a nação³, impõe-se a invenção de estratégias através das quais, um agenciamento maquínico do passado, fosse potencialmente capaz de contribuir para a realização de um presente, um estar no mundo, e um futuro –como nação e aos moldes tidos por civilizados. Como que uma profecia às avessas pela qual o aleatório, o caótico da existência, o consumado no pretérito deve ser domesticado com vistas ao controle do presente e do futuro, conforme reflete Fernando Catroga

A mesmidade do eu tende a preencher os vazios da amnésia, como se o percurso autobiográfico fosse um continuum, cuja coerência existencial unifica os buracos negros da caminhada, isto é, como se, desde as suas primícias o indivíduo transportasse em si o cumprimento de uma vocação específica. Daí, também o cariz totalizador e teleológico da recordação, pois a retrospectiva urde um enredo finalístico que domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real passado quando este foi presente. Em certa medida, ela é – como outras narrativas que exprimem a consciência histórica – uma previsão ao contrário.⁴

Ainda que a cientifização da produção do conhecimento orientasse para a assepsia, o desprovimento das paixões e subjetividades do campo da História que em meios às indefinições, se estabilizava ao longo do oitocentos, aqueles que se propuseram a pensar uma narrativa histórica no rizoma saber-poder, com vistas à realização de seus desejos, não poderiam agenciar de forma *fria*, desapaixonada, o pretérito. A preocupação com a escrita da História colocava-se para além do passado,

³ O problema é que, assim como a nação estava sendo construída, a história enquanto disciplina científica estava ainda dando seus primeiros passos. Tal como para o projeto nacional, também não era clara a ideia da história, nem do historiador. O que ele devia mesmo fazer? E mais, como fazer? Algumas palestras proferidas no IHGB são, notadamente, tentativas de normatizar e criar regras para o ofício desse historiador da nação. Não exatamente o que deve ser – não havia tanta clareza assim – mas, sobretudo, o que ele não deve ou não pode fazer. Cf. CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. V.8, n.1. 2004. p.12.

⁴ Cf. CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

extrapolava o fugidio do presente e se projetava no eterno do futuro, projeções nas quais o Brasil haveria de se constituir como uma nação.

Temos desta forma, que a invenção de estratégias narrativas e a atribuição de sentido ao pretérito apresentaram-se como uma demanda imperativa à realização dos fins dos ilustrados associados ao *establishment*, ou seja, a realização da nação brasileira.

Com vistas então a efetivação dos objetivos que se delineavam ao longo dos trabalhos Instituto, a produção do conhecimento deveria seguir linhas de fuga pelas quais o conhecimento histórico havia de se submeter aos processos de des-reterritorialização. Consideramos, neste aspecto, profícuas as palavras de Durval Muniz Albuquerque Júnior, ao se referir às características e relações de gênero existente entre a narrativa realista e a ficcional:

Talvez a diferença entre a história e a literatura seja mesmo uma questão de gênero. Não apenas de gênero discursivo, pois pertencem a ordens diversas do discurso, seguem regras e normas diferenciadas; mas de gênero no sentido de que o discurso historiográfico pertenceria ao que na cultura ocidental moderna se define como sendo o masculino, enquanto a literatura estaria colocada ao lado do que se define como sendo o feminino. A história seria discurso que fala em nome da razão, da consciência, do poder, do domínio e da conquista. A literatura estaria mais identificada com as paixões, com a sensibilidade, com a dimensão poética e subjetiva da existência, com a prevalência do intuitivo, do epifânico. Só com a literatura ainda se pode chorar. A história masculinamente escavaria os mistérios do mundo exterior, iria para a rua ver o que se passa, a literatura ficaria em casa, perscrutando a vida íntima, o mundo interior, femininamente preocupando-se com a alma, um mundo informe que está próximo do inumano.⁵

As palavras de Durval Muniz são boas para pensarmos os tênues limites entre a historiografia e a literatura ao longo do século XIX, assim como a necessidade de apropriação de elementos da narrativa ficcional pela produção historiográfica do oitocentos, no sentido de potencializar a ação de uma Máquina de Estado para fazer a nação. Se pensarmos então a História e a Literatura como gêneros discursivos com características intrínsecas, diante das circunstâncias e objetivos que eram postos à produção historiográfica brasileira relacionada à criação da comunidade nacional, fazia-se impreterível o discurso “masculino” apropriar-se de elementos do “feminino” com vistas à potencializar sua ação. Ainda que ambos estivessem, a partir da década de 1830, inseridos no processo de criação das nações, cada qual elegia a sua maneira

⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.p.47.

de fazê-lo. Enquanto a escrita literária preocupou-se em emocionar, envolver o leitor, apresentando epopéias da construção nacional, tendo por protagonistas os nativos, bem como a iconografia, conforme nossas pesquisas indicam, a historiografia dividia esta epopéia em dois momentos, e tendo por ator principal deste fazer o homem civilizado. Indefinição do que era e/ou havia de ser a nação brasileira. Para isso atenta José Murilo de Carvalho

As imagens da nação brasileira variaram ao longo do tempo, de acordo com a visão da elite ou de seus setores dominantes. Desde 1822, data da independência, até 1845, ponto final da grande transformação iniciada em 1930, pelo menos três imagens da nação foram construídas pelas elites políticas e intelectuais. A primeira poderia ser caracterizada pela ausência do povo, a segunda, pela visão negativa do povo, a terceira pela visão paternalista do povo. Em nenhuma o povo fez parte da construção da imagem nacional. Eram nações apenas imaginadas.⁶

Em estudos, a produção historiográfica e a literária do oitocentos, observa-se que os processos de des-re-territorialização não se apresentam como prática exclusiva da História. A própria literatura passa por tais processos. É o que se pode observar na literatura romântica que hibridiza a fruição do espírito, o devaneio literário às contingências mundanas, os projetos políticos ao projeto de construção nacional, cooptando questões postas pelo presente, onde são produzidas as suas sensibilidades e a imaginação do autor. O mesmo acontece com a produção historiográfica em seus já referidos processos de re-des-territorialização desenvolvido na referida relação rizomática.

Ora, a racionalidade da produção de um conhecimento que se pretende científico, vê-se impelida a lançar mão de elementos caros à literatura para a efetivação de seus objetivos. Daí a necessidade de emocionar, cooptar o consumidor deste discurso ao projeto ao qual temos nos referido desde o início de nossas reflexões. Se a Literatura o faz através da apresentação do espalhamento europeu no Novo-mundo com a roupagem de uma Epopéia, a produção historiográfica utilizar-se-á, de um híbrido de tragédia e epopéia, conforme podemos observar na obra maior de Francisco Adolfo de Varnhagen. Hibridização com o que se busca a potencialização da capacidade de afetar o leitor e estimulá-lo a tomar parte de um determinado projeto. É através, então, desta relação entre os estilos literários que supomos o estabelecimento de linhas de fuga pelas quais a História, o discurso másculo,

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.p.233.

seguindo as reflexões de Durval Muniz, se desterritorializa de sua pretensa frialdade, e deve se reterritorializar, através de um agenciamento maquínico, nos afetos, nas estruturas narrativas da escrita ficcional, com vistas à efetivação dos anseios dos integrantes do Instituto. Processos viabilizados pela indefinição de fronteiras entre a historiografia e a literatura⁷ que ainda não estavam devidamente delimitadas, conforme nos é dado ler no discurso proferido em virtude da 1ª Sessão Pública Aniversária do Instituto por seu Primeiro Secretário Perpétuo pelo Cônego Januario da Cunha Barboza:

Um anno apenas se tem passado da fundação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro e já temos, Senhores, que apresentar ao publico, em cumprimento dos nossos estatutos, alguns trabalhos que, posto não sejam completos, são, todavia, esperançosos desenvolvimentos do largo plano litterario a que nos compromettemos.⁸

Diante de tal necessidade de re-des-territorialização da produção do conhecimento que informa sobre o pretérito, entende-se como imprescindível a reterritorialização da narrativa histórica nas sensibilidades e sensações que podem ser causadas pelos elementos ficcionais associados à produção historiográfica. Sendo, então, com a literatura, que a produção historiográfica há de se relacionar para a maior eficiência do projeto de fabricação da nação brasileira. Mas, como haveria a História de se relacionar com a escrita ficcional? Com que elementos? O excerto ao discurso de Januário da Cunha Barboza aponta-nos indícios do matiz da produção literária em que uma “historia bem organizada do Brazil” havia de se relacionar para ter maior eficácia na efetivação de seus objetivos:

D'além mar partiram sem duvida os primeiros navegantes conquistadores, nos primitivos tempos foram os primeiros viajantes; mercadores audazes os primeiros exploradores; úteis cruzadas, aquelles com a espada, estes com o caduceu em punho, trouxeram melhoramento social: assim a civilização brotou do commercio e da guerra.⁹

Apresenta-se, então, na visão de Barboza, a obra de trazer para estas partes do mundo o “melhoramento social” e os “cômodos da civilização”, como

⁷ O *Dicionário Moraes e Silva*, de 1813, assim define litterário: “*adj.* Que respeita ás letras, sciencias, estudos, erudições. § Orbe litterario: os homens doutos, M. Lus. todo o edificio litterario; actos, certames, vida, fadigas lietterarias”.

⁸ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil*. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Tomo I – 1º Trimestre de Trimestre de 1839 – n.1 p.212.

⁹ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil*. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Tomo I – 1º Trimestre de Trimestre de 1839 – n.1, p.210.

realização de mercadores audazes, onde vislumbramos um tom épico, e entendemos que fosse de ser também em tom épico que havia de ser narrado o fazer Brasil - para se fazer nação.

Em se tratando do pretérito do Brasil, de sua construção como Estado, e sua inserção numa tradição ocidental de civilização e progresso, tem-se o desdobramento da empreitada lusa pelos mares tenebrosos; sua civilização também havia de se apresentar como que em, desdobramento desta mesma epopéia. Feitos heróicos realizados por varões preclaros e que, agenciados maquinalmente, haviam de iluminar e auxiliar na vagarosa marcha da civilização do Brasil e de seus povos, conforme apontou Januário da Cunha Barboza em fala proferida no *establishment*:

vagarosa em sua marcha, necessita de um guia esclarecido e seguro que acelere seus passos. O talento dos geógraphos e dos historiadores é só quem pode oferecer-nos essa galeria de factos, que sendo bem ordenados por suas relações de tempo e de lugar, levam-nos a conhecer na antiguidade a fonte dos grandes acontecimentos, que muitas vezes se desenvolverão em remoto futuro.¹⁰

Ainda que a marcha da civilização se apresentasse aos olhos de Cunha Barboza de forma vagarosa, ele supunha que fosse possível a aceleração desta marcha, possibilidade diante da qual se valorizava a historiografia aos moldes da História *maestra vitae*, fosse pelo trabalho patriótico em honra da pátria realizado tanto pelo historiador como pelo geógrafo, ao apresentarem, como fruto de suas investigações, quadros bem organizados dos objetos de cada um desses conhecimentos. Daí considerarmos, embasados nas palavras dadas a ler na Revista do Instituto, que a Epopéia se apresentasse como estruturação discursiva potencialmente propícia à efetivação dos trabalhos daqueles que se propuseram a engendrar produções que dessem a ver e fazer sentir uma História do Brasil. Neste sentido, consideramos emblemáticas as palavras proferidas pelo revolucionário francês Honoré Gabriel Riqueti, o conde de Mirabeau, tomadas de empréstimo por Bronislaw Baczko, para quem o homem, na qualidade de ser sensível, é muito menos guiado pela generosidade do que por objetos imponentes, imagens chamativas e fortes, grandes espetáculos, emoções (BACKZO, 1984); enfim, aquilo que potencialmente fosse capaz de tocar, ferir a sua sensibilidade, o que nos leva a refletir ainda, na esteira do pensamento de Pierre Nora ao ponderar em *Lieux de Mémoire*, que *Plus le origenes*

¹⁰ Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo I – 1º Trimestre de Trimestre de 1839 – n.1 p.12.

étaient grandes, plus elles nous grandissaient. Car c'est nous que nous vénerons à traivers le passé (NORA, 1986).

Tomando de empréstimo as reflexões de Michel Foucault acerca dos procedimentos de interdição (FOUCAULT, 2008), entendemos que as possibilidades de escolha — no que diz respeito ao mito literário sobre o qual havia de ser agenciada uma História do Brasil — apresentem-se de forma limitada. Ora, como narrar, frente às necessidades do presente, o pretérito como a sátira ou uma comédia? Seriam tais estilos adequados ao estabelecimento de afinidades e afetos entre indivíduos e regiões, e não a repulsa o escárnio entre tais elementos? Acreditamos que não. Havia de ser respeitado aquele que se coloca, conforme informa Foucault, como um procedimento de interdição discursiva: o ritual da circunstância. Daí acredita-se que dificilmente seria vista com bons olhos, ao menos pelos integrantes do *establishment*, uma narrativa urdida sobre o solo linguístico da sátira ou da tragédia — ainda que acreditemos que os elementos caros ao gênero trágico tenham, conforme aponta o agenciamento da *História Geral do Brasil* — sobre o que nos deteremos em nosso quarto capítulo, suma importância na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Nestas relações estabelecidas entre a historiografia e a literatura, havia de ser agenciado maquinicamente um livro de História capaz de viabilizar a existência do sentimento de pertença à comunidade nacional. Narrativa potencialmente capaz de tocar a sensibilidade do leitor, impelindo-o a práticas úteis e a desdobramentos do projeto civilizacional e de construção da nação, decalcado pelos integrantes do IHGB.

Portanto, compreende-se que, na anamnese, a história e a ficção se misturem, a verdade factual se miscigene com conotações estéticas e éticas, e que já Halbwachs encontrasse na narrativa memorial uma “lógica em acção” cujos pontos de partida e de chegada são escolhidos pelo próprio evocador (fale este em nome individual, ou em nome de um grupo — família, associação, partido, igreja, nação, humanidade).¹¹

Para além de narrar então o pretérito, tal agenciamento havia de ser narrado maquinicamente, consoante às necessidades do presente. A escrita da História havia de atuar, portanto, de forma direta na instituição daquilo que Fernando Catroga, pensando com Jean Jacques Rousseau, chamou de *Religião Civil*:

De acordo com vários antropólogos e sociólogos (Frazer, Durkheim, Radcliffe-Brown, Mauss, Cazeneuve, Spiro, Parsons etc.), a religião tem igualmente de ser compreendida pelo papel religador que desempenha na reprodução social. E não será necessário aceitar-se todas as consequências da tese de Durkheim, segundo a qual a Divindade é a sociedade

¹¹CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.p.21.

transfigurada e pensada simbolicamente, para se reconhecer que os seus efeitos se objectivam na produção e no reforço de sentimentos de comunhão e de identificação, de modo a que os indivíduos possam constituir-se como sociedade, ou, talvez melhor, como comunidade¹².

O estudo da Revista do IHGB aponta no sentido de que era a este tipo de sentimento que se desejava instituir: o de ligação entre as partes constitutivas do Império. No caso em específico do IHGB, através do consumo, disseminação e leitura de uma História do Brasil, criar, fortalecer (onde já houvesse), amalgamar a nacionalidade brasileira. Fazia-se imprescindível, com vistas à forja da nação, criar um sentimento de pertença à comunidade nacional — assim como no *religare* a que objetivam as religiões.

Uma História nacional haveria de criar tais laços, bem como o sentimento de comunhão e identificação, conforme nos informa Catroga. Ora, lançamos, mais uma vez, a seguinte indagação para que possamos entender a primazia da obra de Varnhagen: caso realmente Catroga tenha razão ao referir-se ao potencial fazer com que o indivíduo se reconheceria numa narrativa, como fazer com que o cidadão da futura nação brasileira se reconhecesse no outro, no elemento não europeu?

Ainda no sentido de pensar a nação como uma comunidade baseada em solidariedades e sentimentos, como no que seria uma “Religião Civil”, temos as reflexões propostas por Ernest Renan como apropriadas para pensarmos o projeto de construção nacional decalcado pelos integrantes do Instituto. Em sua obra clássica sobre o estudo das Nações intitulada *Qu'est-ce Qu'une nation?*, Renan atribui suma importância ao tocar a sensibilidade para a realização de uma nação. Conforme nos informa, *les intérêts cependant, suffisent-ils à faire une nation? Je ne le crois pas. La communauté des intérêts fait les tristes de commerce. Il y a dans nationalité un cote de sentiment; elle est ame et corps à la fois*”¹³

Com o que o autor pretende informar, a ação do Estado, fosse através da realização de tratados, da elaboração de leis, fosse mesmo através de sua ação legítima(da) frente às Máquinas de Guerra que se colocavam à união do império e sua constituição como nação não seria o bastante. A comunidade seria tão somente uma comunidade literalmente imaginada ou nada além de um elemento do discurso.

¹² CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito: religião civil e comemoracionismo* (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005. p.09-10.

¹³ RENAN, Ernest. *Qu'est-ce Qu'une nation?* Paris: Le mot et le reste, 2007.p.32.

Une nation est une ame, un principe spiritual. Deux choses qui, à vrai dire, n'en font qu'une constituent cette ame, ce principe spirituel. L'une est La possession en commun d'un riche legs de souvenirs; l'autre est Le consentement actuel, Le desir de vivre ensemble; la volonté de continuer à faire valoir l'héritage qu'on a reçu indivis. L'homme meussieurs, ne s'improvise pas. La nation, comme l'individu est le aboutissant d'un long passé d'efforts, de sacrifices et de deuouements. Le culte des ancêtres est de tous le plus légitime; les ancêtres nous ont faits ce que nous sommes. Un passé héroïque, des grands homes, de la gloire (j'entends de la véritable) voilà le capital social sur le on assied une idée nationale. Avoir des glories communes dans le passé, une volonté commune dans le present; avoir fait de grandes choses ensemble vouloir en faire encore, viola les conditions essentielles pour être un people.¹⁴

Ainda que as reflexões de Renan sejam posteriores aos primeiros trabalhos do Instituto, haja vista terem sido proferidas em conferência na Sorbonne em 1882, elas são imprescindíveis para pensar os trabalhos do IHGB em seu projeto de construção nacional. Se tanto Januário da Cunha Barboza como Martius e Varnhagen já haviam se referido à importância do sentimento para a realização da nação, Renan irá teorizar de forma sistemática acerca deste ente caro ao oitocentos. Conforme podemos observar em análise ao último excerto, o autor apresenta-se enfático ao informar que a nação nasce não de um ato de vontade do soberano – ou do IHGB. Mas de um processo, e constitui-se como que um princípio espiritual embasado em longo legado de lembranças, sacrifícios e devotamentos, assim a caracterizando o autor “Une nation est donc une grande solidarité, constituée par le sentiment des sacrifices par le sentiment des sacrifices qu'on a faits et de ceux qu'on est desposé à faire encore”¹⁵

Frente tais preceitos para a forja da nação, qual seria o elemento mais adequado para a constituição da nação brasileira senão um longo legado de lembranças agenciado como que por uma Máquina de Estado que objetiva não somente o agenciamento das práticas de seus povos, mas também de seus amores, rancores e sentimentos? Era mister então que tal narrativa histórica tocasse as sensibilidades do leitor em seu ato de consumo da obra, colocando desta forma, o rizoma estabelecido entre a escrita realista e elementos inerentes a escrita ficcional, como uma demanda imperiosa com vistas a potencializar a narrativa historiográfica, e desta forma, somar-se de forma efetiva ao projeto de construção nacional, onde o

¹⁴ RENAN, Ernest. *Qu'est-ce Qu'une nation?* Paris: Le mot et le reste, 2007. p.33-4.

¹⁵ RENAN, Ernest. *Qu'est-ce Qu'une nation?* Paris: Le mot et le reste, 2007. p.34.

Instituto Historico e Geographico Brasileiro coloca-se como peça chave para a sua efetivação.

Referencias Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Valdei. Entrevista com Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Historia da Historiografia*. Ouro Preto, n.03, set/2009, p.242-3. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/79/52>> acessado em 07/08/2012.

BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

_____. *Nação, Mito e Rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*. V.8, n.1. 2004.

MORAES SILVA, A. de. Grande dicionário da língua portuguesa, Lisboa: Confluência, [1813] (1949-1959).

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. V.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 18.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Proteção de Sua Majestade Imperial. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 156 (388), jul.-set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Escrever a História, domesticar o passado. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy; LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta (orgs). *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. In *Revista História em Revista, Pelotas*, V.6. p.21-36, 2000.

NORA, Pierre. *Entre mémoire et Histoire*. In: NORA, Pierre (org.). *Les lieux de mémoire*. I. La République. Paris: Gallimard, 1984.

RENAN, Ernest. *Qu'est-ce Qu'une nation?* Paris: Le mot et le reste, 2007.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo I – 1º Trimestre de Trimestre de 1839

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil* isto é do seu descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento e da declaração de independência do imperio, escripta em presença de muitos documentos ineditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua majestade imperial o senhor Pedro II. Rio de Janeiro: E e H Laemmert. 1854.

_____. *Historia Geral do Brazil*. isto é do seu descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento e da declaração de independência do imperio, escripta em presença de muitos documentos ineditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua majestade imperial o senhor Pedro II. Rio de Janeiro: E e H Laemmert, Tomo II, 1857

VON MARTIUS, Carl Friedich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo VI, 1844.

WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.